

# LIMITES E POSSIBILIDADES DA DEMOCRACIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA REVISITANDO FLORESTAN FERNANDES E O ATUAL CONTEXTO POLÍTICO E CULTURAL DO PAÍS

José Thiago Gusmão de Araújo<sup>1</sup>

## Resumo

As análises de Florestan Fernandes são de grande importância para pensar os limites e possibilidades da democracia no Brasil, considerando que as transformações político-cultural no país aconteceram de forma desigual para as diferentes frações da sociedade. Proponho uma leitura dos escritos de Florestan Fernandes, sobre a formação da democracia no Brasil e os aspectos culturais envolvidos nesse processo, revisitando as hipóteses da *Demora Cultural* e a do *Dilema Social Brasileiro*, onde busco relacionar com a questão do negro no país e o mito da democracia racial, e a questão da revolução burguesa no Brasil como elementos de grande importância para repensar algumas questões de ordem democrática e a atualidade da política nacional pós 2016 e governo Bolsonaro. Para Florestan, uma democracia só seria possível através de uma mudança cultural provocada em busca da superação dos limites e atrasos no desenvolvimento por um processo de disputas e de mudanças das camadas dominantes do país, que contribuiria para o desenvolvimento de uma mentalidade democrática dos indivíduos, em busca da formação de uma ordem social competitiva que incluiria as classes populares como um motor do crescimento do Brasil.

**Palavras-chave:** Demora cultural; Dilema Social Brasileiro; Mito da Democracia Racial; Democracia; Florestan Fernandes.

## Limits and possibilities of democracy in Brazil: an analysis of the development of Brazilian democracy revisiting Florestan Fernandes and the country's current political and cultural context

### Abstract

Florestan Fernandes's analyzes are of great importance to think about the limits and possibilities of democracy in Brazil, considering that the political-cultural transformations in the country happened unequally for the different society groups. I propose a revision of Florestan Fernandes' thought, about the formation of democracy in Brazil and the cultural aspects involved in this process, revisiting the hypotheses of the *Cultural lag* and the *Brazilian Social Dilemma*, where I seek to relate the issue of black people in the country and the myth of racial democracy, and the question of bourgeois revolution in Brazil as elements of great importance to rethink some democratic issues order and the timeliness of post-2016 national politics and Bolsonaro government. For Florestan, a democracy would only be possible through a cultural change provoked in order to overcome the limits and delays in development by a process of disputes and changes of the dominant layers of the country, which would contribute to the development of a democratic mentality in the individuals, seeking the formation of a competitive social order that would include the popular classes as an engine for the growth of Brazil.

**Keywords:** Cultural lag; Brazilian Social Dilemma; Democracy; Racial Democracy Myth; Florestan Fernandes.

---

<sup>1</sup> UFPE. Contato: gusmao.thg@gmail.com.

## Introdução

Florestan Fernandes analisou os processos de transição do Brasil e o desenvolvimento da democracia, buscando identificar os problemas e entraves que dificultavam a formação do que ele chama de integração social de ordem democrática do país. Diante disso, este trabalho buscou analisar os limites e possibilidades dessa democracia através da formação cultural de valores políticos e morais na sociedade brasileira observados por Florestan Fernandes. A grande questão que norteou o trabalho foi: como pensar os limites e possibilidades da democracia no Brasil pelo âmbito cultural (valores, comportamentos, educação), considerando que as transformações culturais no Brasil tenderam a manter os padrões de desigualdade nas diferentes frações da sociedade?

Realizo uma análise através dos escritos de Florestan Fernandes sobre o desenvolvimento da democracia no Brasil e os aspectos culturais, tendo como ponto de partida, o conceito de *demora cultural* e o *apego sociopático ao passado*, fazendo um recorte das análises entre as relações raciais no Brasil e o *mito da democracia racial* buscando pensar as dificuldades do negro para se integrar na sociedade brasileira, além disso, busco uma realizar uma breve análise da Revolução Burguesa no Brasil e os conceitos de *autocracia burguesa* e *democracia de cooptação* fazendo uma ponte entre esses conceitos e a visão de Florestan Fernandes sobre a existência de uma democracia no Brasil com o cenário atual brasileiro pós impeachment presidencial de Dilma Rousseff, a eleição do presidente Jair Bolsonaro e o surgimento de uma nova direita no país. A intenção do artigo é contribuir para o debate sobre crise na democracia brasileira na atualidade de acordo com a visão de Florestan buscando pensar os limites e possibilidades de um modelo democrático pensado pelo sociólogo.

### **A demora cultural e o apego sociopático ao passado**

Florestan Fernandes fez parte de um conjunto de pensadores brasileiros que se propuseram a pensar o desenvolvimento político, social e cultural do Brasil. De acordo com Coutinho (2011), são pensadores que se empenharam a analisar uma “imagem do Brasil” como um conjunto de teorias que nos ajudam a pensar a construção da sociedade brasileira tanto em seu passado como em seu futuro.

A “imagem do Brasil” proposta por Florestan Fernandes, foi se construindo ao longo de sua jornada como sociólogo que tem sua forma melhor elaborada em seu livro *A Revolução Burguesa do Brasil*, uma análise do nosso país de acordo com a perspectiva marxista do sociólogo em conjunto da utilização de categorias weberianas.

De acordo com Perez (2019), o pensamento de Florestan contesta e supera duas linhas de pensamento sobre o Brasil: A primeira é a de que o capitalismo nunca se desenvolveu no Brasil e a segunda, é a de que o país já era capitalista desde o seu passado escravista e colonial. Chegando, portanto, a observar que o país possui uma história de dependência econômica que perpassa a colônia e durante a república, através de uma tentativa de Revolução burguesa dominada por resquícios de uma mentalidade colonial e escravocrata.

O sociólogo quer pensar como esses processos de ordem histórica e cultural foram afastando uma revolução burguesa nacional e o desenvolvimento de uma democracia ampliada, buscando pensar essa relação de impedimento e as suas possibilidades de concretude. Para o presente artigo, deseja-se trazer os principais conceitos que levaram a Florestan a pensar esse atraso de ordem política, econômica e cultural, e por último pensar uma reflexão do Brasil atual, como foco as últimas eleições e o governo Bolsonaro, de acordo com o pensamento do sociólogo, refletindo sobre os limites e possibilidades atuais do contexto político e cultural do Brasil.

A preocupação central nos trabalhos de Florestan Fernandes era pensar, como seria possível a construção de uma ordem social em uma sociedade industrial em desenvolvimento, em busca de um modelo de democracia que contribuiria para a formação de um novo homem, exigido por esse modelo de sociedade. Florestan Fernandes se dedicou durante boa parte de sua carreira como sociólogo em entender a construção da sociedade brasileira – o desenvolvimento do capitalismo e a democracia – através da formação da burguesia nacional.

No primeiro momento de seus trabalhos, ele desenvolveu duas hipóteses que o ajudaram a compreender o processo de transição nacional para uma sociedade industrial, capitalista e democrática. São eles: *A demora cultural* (FERNANDES, [1954], 2013) e *o dilema social brasileiro* (FERNANDES, [1962], 1976).

Florestan Fernandes ao realizar uma considerável análise acerca do desenvolvimento da democracia no Brasil, naquela época, em que:

tem-se, de um lado, a análise do momento brasileiro de então, isto é, tem-se uma crítica do "atual regime" (assim como o do Estado Novo que o antecedeu) e, de outro, as dimensões abrangidas por esta crítica – partidos e demais instituições políticas (campo estrutural da política), anarquia e oportunismo (características do campo funcional da política) – são caracterizadas como fenômenos particulares de Demora Cultural (LIEDKE FILHO, 2005, p.406-407).

O desenvolvimento político e cultural no Brasil sob um modelo democrático não se constituía na prática diante das análises de Florestan. Ele questionou a forma de organização da sociedade brasileira e um imaginário que se tinha de uma "ordem legal" tendo como modelo os valores democráticos liberais, observando a existência de "tensões entre a ordem legal criada pela constituição e a ordem legal criada pelos costumes" (FERNANDES, [1954], 2013, p. 109).

Portanto, o desenvolvimento da política no Brasil acontecia de maneira complexa, diante de um processo de implementação de uma ordem legal democrática aumentando o acesso à direitos para diferentes camadas sociais. Para Florestan, nesse momento da nossa história, a democracia ainda estava em fase de desenvolvimento e de formação sociocultural, mas como será demonstrado, para ele, o modelo democrático não se edifica nos momentos futuros analisados pelo autor.

O processo de democratização na República é envolvido por uma mentalidade colonial e excludente, pelas camadas que dominavam a sociedade colonial brasileira e permaneceram dominando política e culturalmente, dentro desse processo de transição. Grande parte da população permanecia subordinada e sem direitos políticos, servindo a essas camadas dominantes, que tinham poder de decisão sobre a formação do Estado de acordo com os interesses próprios e não de acordo com valores democráticos.

Florestan Fernandes encontra na sociologia a explicação que está relacionada com essas disfunções e a lentidão de um desenvolvimento sociocultural democrático no Brasil, através da hipótese da "demora cultural".

Ela consiste na presunção de que, quando não é homogêneo o ritmo de mudança das diversas esferas culturais e institucionais de uma sociedade dada, umas esferas podem se transformar com maior rapidez do que outras, introduzindo-se um desequilíbrio variável na integração delas entre si. Quando isso ocorre, é óbvio que no período

de transição se produzem atritos e tensões resultantes das próprias condições de mudança social (FERNANDES, [1954], 2013, p.17).

É a partir da ideia de demora cultural que Florestan Fernandes observa os desvelamentos no processo de transição para um regime democrático. Ele analisou um processo de diferenciação entre o desenvolvimento institucional, constituído de acordo com ideais democráticos – importados dos países desenvolvidos – que se constituíram na formação e desenvolvimento do país, e o crescimento de um sistema capitalista excludente, com a manutenção de valores e comportamentos ainda baseados no antigo regime. Esse desenvolvimento dava margem para a manutenção de hierarquias e da dominação política e cultural da burguesia em formação, gerando conflitos e provocando desigualdades entre as diferentes camadas sociais.

De acordo com Florestan, essa mentalidade era advinda da organização estamental – destaca-se aqui uma influência de Max Weber – e organizada através da concentração do poder nas mãos de poucos. Essa concentração permanecia no Brasil, mesmo com a formação de aparatos jurídicos e institucionais, que teoricamente iriam democratizar o acesso e distribuição de direitos políticos.

As diferentes camadas tradicionais não estavam preparadas para esses novos ideais liberais a serem aplicados na República, e isso foi se agravando na medida em que as camadas dominantes não aceitavam perder seus privilégios, ao mesmo tempo em que grande parte da população, não tinha os meios para ascender e participar do jogo democrático.

Florestan acreditava, nesse momento de suas análises que essa defasagem só poderia ser superada pela constituição de um modelo de integração nacional entre as diferentes camadas e a diminuição de elementos autocráticos na constituição do Estado nacional. “Deduz-se, daí, que o desequilíbrio característico da demora cultural será superado gradativamente, na medida em que a “ordem legal” complete o seu desenvolvimento na direção de um “padrão organizatório democrático” (JUNIOR, 2013, p.38).

A problemática desse processo é que existe, para além da questão de demora cultural, uma espécie de resistência das camadas dominantes ao desenvolvimento de uma ordem social democrática. Essa mudança só seria possível através de uma “mudança cultural provocada” em busca de alterar os mecanismos que impedem a integração e a ordem social, pela inclusão das diferentes classes sociais, como a intervenção do

Estado na educação, com o propósito de desenvolver “personalidades democráticas para uma ordem social democrática”.

Entretanto, no Brasil, as classes dominantes solapam esse processo de desenvolvimento onde “a oposição ao progresso nasce de uma desconfiança por assim dizer tribal diante da inovação” (FERNANDES, [1962], 1976, p. 206), em que existe uma certa conformação pelos “círculos sociais privilegiados da nação”. Nesse momento de transição, a mudança cultural que se desenvolvia pelos homens era de forma improvisada e de acordo com sua capacidade de inovar, mas sem os mecanismos culturais e políticos necessários para a construção de uma mudança social dos brasileiros.

Para Florestan, a sociedade brasileira passou por um processo conflituoso e de desintegração de sua “herança tradicional” conservada pelas elites políticas e o impulsionamento de um modelo de integração social das camadas inferiores no processo democrático. Entretanto, essas camadas não possuíam forças suficientes diante das resistências conservadoras e do poder político das classes dominantes aos ideais modernos. Portanto, o sociólogo considera esse momento do desenvolvimento do processo democrático nacional através do que ele denomina de “dilema social brasileiro” em que:

*consiste numa resistência residual ultra-intensa à mudança social. que assume proporções e consequências sociopáticas. O seu principal traço negativo está no fato de não envolver uma ligação emocional e moral íntegra e produtiva com o passado; o empenho maior volta-se para a preservação pura e simples do *status quo*, sem nenhuma preocupação de salvar a herança social por meio de sua renovação (FERNANDES, [1962], 1976, p. 211).*

O “apego sociopático ao passado” das camadas dominantes envolveu uma resistência que desencadeou em uma espécie de conservantismo dos valores desenvolvidos na era senhorial e escravocrata que, em sua finalidade, era constituído pela busca de manutenção de suas posições de poder. Para Florestan, essa resistência vinha disfarçada no processo de secularização da cultura, através da importação de ideias liberais, que aparentemente de nada contribuíam para uma rotatividade de poder, mas que tinham a função de contribuir para a manipulação das camadas dominantes do país. Com isso, o processo de mudança social estaria submetido aos interesses e valores dessas

camadas sociais que ocultavam o desenvolvimento de conflitos e do crescimento da desigualdade social entre classes.

Essa mentalidade terminou sendo justificada e mascarada por causa de “uma sorte de padrão colonial de reação societária aos problemas sociais, inseparável do estilo pelo qual as camadas dominantes sempre procuraram resolver as ‘questões sociais’ na América Latina” (FERNANDES, [1962], 1976, p. 219). Além da identificação com valores externos que traziam consequências para a sociedade brasileira com o processo de desenvolvimento cultural e político brasileiro. Para Florestan, esse desenvolvimento deveria estar alinhado com projeto de mudança socialmente mais ampla para todas as camadas.

Tendo como ponto de partida o desenvolvimento dessas resistências das camadas dominantes do país e a lentidão das mudanças nas diferentes esferas sociais, observando o desenvolvimento de uma mentalidade cultural nesse processo, é possível fazer uma breve discussão entre a demora cultural e as análises de Florestan Fernandes acerca da questão do negro e das relações raciais no país, diante de um cenário influenciado por uma mente apegada ao passado das elites e o atraso através da demora cultural da implementação de uma sociedade competitiva na era industrial que não conseguiu integrar toda a sociedade ao modelo de desenvolvimento democrático, tornando discrepante o acesso às oportunidades dentro da sociedade Brasileira.

A questão do negro aqui a ser levantada busca compreender o quanto essa mentalidade de atraso e a capacidade de manutenção do poder das classes dominantes criou o “mito da democracia racial” e gerou séculos de exclusão do negro às esferas sociais não marginalizadas e a competição em uma ordem social democrática. Busco aqui inserir nesse debate os escritos sobre o negro realizados por Florestan como o intuito de construir o raciocínio do desenvolvimento político e cultural do Brasil sendo fiel às bases do pensamento e dos principais conceitos que ao final se completam para uma análise mais aprofundada sobre democracia.

### **O mito da democracia racial e a demora cultural no Brasil**

Florestan Fernandes utiliza do processo de modernização da cidade de São Paulo para compreender a formação de classes sociais e de uma ordem social competitiva, notando que, mesmo diante da industrialização e formação econômica burguesa, esse novo modelo de sociedade brasileira se desenrolava de forma

lenta e desigual através de uma relação com as ideias de progresso e uma ligação com a manutenção de valores do passado. Esse processo acontecia de forma mais clara entre dois extremos: as camadas dominantes que se isolavam e a “plebe” que se envolvia pouco com as atividades econômicas e se mantinha em uma posição semelhante aos regimes anteriores de dependência, e por isso:

as influências inovadoras ficavam mais ou menos confinadas, em grande parte por causa do padrão de isolamento sociocultural vinculado seja ao escalão elevado de vida das famílias abastadas “tradicionais”, seja ao estado de miséria e de desequilíbrio dos setores dependentes da plebe. Nos dois extremos, pois, o desligamento dos fluxos de renovação sociocultural tendia a ser acentuado (FERNANDES, [1964], 2008, p. 301).

É diante desse cenário que se torna possível analisar a posição do negro na cidade de São Paulo, como marcante para pensar o que Florestan considerou como demora cultural e o apego ao passado pelas elites. O processo de desenvolvimento do capitalismo e crescimento econômico exigiam das camadas sociais recursos materiais e morais para acompanhar e ascender em suas condições.

É nesse contexto que o indivíduo recém liberto do sistema escravista se insere nessa corrida com uma série de desvantagens sociais e falta de “disposições individuais” para concorrer às oportunidades, desenvolvendo “um padrão de isolamento econômico e sociocultural do negro e do mulato que é aberrante em uma sociedade *competitiva, aberta e democrática*” (FERNANDES, [1964], 2008, p. 302). Para Florestan, as pessoas passaram a viver em um modelo semelhante a uma sociedade de castas, onde ficou evidente os mecanismos de distanciamento entre os brancos e os negros, como no período de dominação senhorial e, portanto:

operava como um fator de preservação e de reintegração, na ordem social competitiva, do padrão de isolamento sociocultural em que se fundava o equilíbrio de relações raciais e o domínio da “raça branca” no regime escravocrata. O que deixa claro que a situação histórico-social do negro e do mulato, no período de consolidação da sociedade de classes em São Paulo, oferece-se à análise sociológica como um problema de demora cultural (FERNANDES, [1964], 2008, p. 302).

Desenvolvendo-se daí uma relação entre passado e presente com a formação de uma sociedade de classes ainda pensada dentro de um sistema de castas, que persistia em termos de valores e comportamentos das classes dominantes a manutenção de poder. Isso demonstra as dificuldades de inserção e desenvolvimento do negro no novo sistema sociocultural e econômico no Brasil, que não aconteceu apenas através da questão do preconceito racial – como era considerado a problemática entre negros e brancos – mas em conjunto às dificuldades de superação de uma mentalidade senhorial e escravocrata que repercute nas esferas, política e culturais, do desenvolvimento de um regime democrático no Brasil.

Segundo Florestan Fernandes, esse processo de manutenção de relações raciais baseadas na dominação senhorial e escravocrata aconteceu de maneira sutil sem interferências diretas, tanto de pessoas brancas como dos negros, em termos de ameaça a um posicionamento da raça branca no sistema. Para Florestan, “foi a *omissão* do “branco” – e não a ação – que redundou na perpetuação do *status quo ante*” (FERNANDES, [1964], 2008, p. 305).

O branco só conseguia pôr em prática os valores socioculturais da “ordem social competitiva” em alguns setores e acabava dando abertura para a perpetuação de valores anteriores diante da formação de um sistema de classes. Além disso, para Florestan, esse processo contribuiu para o não desenvolvimento sociocultural no Brasil. O negro terminava apático e conformado com sua situação acatando os valores vigentes e agindo de acordo com um “comportamento convencional” de aceitação que operava através da herança cultural dominante.

No processo de surgimento de novas elites, não foram questionadas a perpetuação dessas práticas e, de certa forma, elas buscaram aproveitar essa situação e permaneceram indiferentes, mantendo “diante dos problemas da ‘população de cor’, atitudes rígidas, incompreensivas e autoritárias” (FERNANDES, [1964], 2008, p. 307). Repudiavam as manifestações a favor do negro, em detrimento da perda de uma suposta “paz social”.

O racismo, nesse sentido, se torna um mecanismo de repúdio ao negro, desenvolvido de forma que “este não era repellido frontalmente, mas também não era aceito sem restrições, abertamente, de acordo com as prerrogativas sociais que decorriam de sua nova condição jurídico-política” (FERNANDES, [1964], 2008, p. 307). Os valores culturais democráticos apareciam como uma forma de legitimar uma suposta mudança em relação

às condições e direitos das pessoas negras, mas isso não os favorecia diante da ordem competitiva desigual que se desenvolvia no país.

A ideia de uma defesa da “paz social” vem para amenizar processos de levante revolucionários do negro ao mesmo tempo que não excluía diretamente a sua participação da vida social. Submetia o negro a um processo “natural” de ascensão de classe ao se submeter à estrutura dominante das elites legitimando uma desculpa de não prejudicar o próprio negro e os interesses da sociedade brasileira. Com uma falsa ideia de acabar com as diferenças raciais e de perpetuação de valores igualitários, o negro se encontrava em plena negação de seus direitos e em condições precárias de sobrevivência. É diante desse cenário que Florestan observa que “o padrão brasileiro de relações entre ‘brancos’ e ‘negros’ se conformava aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente. Engendrou-se, assim, um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito da ‘democracia racial brasileira’” (FERNANDES, [1964], 2008, p. 309).

A origem desse mito se desenvolve através da perpetuação de valores que negavam a capacidade do negro e o colocavam como um indivíduo “doce” e “cristãmente humano”. O racismo, que era explícito em tempos de dominação senhorial, passa a ser remodelado dentro dos valores de um regime democrático que precisava encontrar outra forma de perpetuar a dominação racial. É dentro da lei e da competição que aparentemente se perpetuava uma dominação do branco sobre o negro no novo regime.

Como as oportunidades de competição subsistiam potencialmente abertas ao “negro”, parecia que a continuidade do paralelismo entre a estrutura social e a estrutura racial da sociedade brasileira constituía uma expressão clara das possibilidades relativas dos diversos estoques raciais de nossa população. Ninguém atentou para o fato de que o teste verdadeiro de uma *filosofia racial democrática* repousaria no modo de lidar com os problemas suscitados pela destituição do escravo, pela desagregação das normas de trabalho livre vinculadas ao regime servil e, principalmente, pela assistência sistemática a ser dispensada à “população de cor” em geral (FERNANDES, [1964], 2008, p. 311).

É preciso observar a existência de um “atraso” ou de demora cultural no desenvolvimento de uma democracia racial que, enquanto a ordem política e jurídica se revolucionava em busca

de uma sociedade mais inclusiva, a mentalidade racial permaneceu como no sistema de castas. Além disso, uma tentativa de manutenção da dominação dos mesmos agentes das elites brasileiras diante do surgimento e das necessidades de participação das decisões políticas do país por outras camadas sociais e de raça.

O negro não poderia contar com o branco para melhorar suas condições de vida e a democracia racial se tornava apenas um mito que servia às classes dominantes tradicionalistas. Com isso, “o mito da ‘democracia racial’ assumiu importância específica como componente dinâmico das forças de inércia social, que atuavam no sentido de garantir a perpetuidade de esquemas de ordenação das relações sociais herdadas do passado” (FERNANDES, [1964], 2008, p. 319), se tornando uma fonte de atraso ao desenvolvimento de uma ordem social competitiva.

É diante desse cenário, de formação da ordem social competitiva e da ideia de integração social, que Florestan Fernandes se atenta para algumas saídas para o desenvolvimento por uma virada cultural no Brasil e de desenvolvimento democrático mais igualitário.

### **Revolução burguesa no Brasil: uma democracia para poucos**

Dentro do que já foi exposto no artigo, observa-se a riqueza da interpretação de Florestan Fernandes durante o processo de transição do Brasil colônia para República, e sobre o tema da integração social do negro. Não seria possível pensar a questão democrática e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sem trazer elementos de uma das obras mais completas e importantes de Florestan e com isso, integrar os eixos pensados pelo autor contribuindo para uma “nova interpretação do Brasil”. Para (TÓTORA, 1999, p. 110), “A reflexão de Florestan, em torno desses três grandes eixos temáticos, permite-nos compreender os limites da revolução democrática no Brasil.”

Diante disso, Junior (2013), advoga pela existência desses três principais eixos do pensamento de Florestan Fernandes, tendo como último a ideia de democracia restritiva e a “autocracia burguesa”. O foco aqui é demonstrar o desenvolvimento do capitalismo nacional revelando seu caráter dependente e direcionado através de uma forte dominação política das elites.

Como o sociólogo possuía uma forte identificação com o pensamento marxista da época<sup>2</sup>, ele analisa a questão da democracia através do surgimento e desenvolvimento das classes sociais e do capitalismo. Diante disso, ele advoga que no Brasil não existiu uma Revolução Burguesa nos moldes clássicos, democrática e nacional acarretando em uma democracia restrita sob um Estado autocrático-burguês.

A tese central do autor é demonstrar que não existe um único padrão de desenvolvimento capitalista, nem tampouco um único modelo de revolução burguesa. Procura distinguir a forma clássica da revolução burguesa, tal qual se operou nas sociedades capitalistas centrais e hegemônicas, das transformações capitalistas nos países periféricos de economias dependente e subdesenvolvida (TÓTORA, 1999 p.111).

O que é importante destacar, no presente artigo, é o aspecto dependente do capitalismo<sup>3</sup> e o desenvolvimento de uma revolução burguesa tendo como os principais agentes (café e imigrantes) presos a uma mentalidade do passado e o aspecto de dominação das elites gerando um Estado autocrático em favor de seus interesses e impossibilitando uma democracia ampliada, aos moldes pensados por Florestan Fernandes.

Diante desse cenário, fica impossibilitado para as classes dominadas de terem um papel de decisão e possuem direitos fundamentais desenvolvendo então uma dominação da burguesia sob a construção de nossa democracia. Observa-se que o aspecto político do país se desenvolve através da dominação do poder pelas elites brasileiras, que só foi possível limitando o desenvolvimento da sociedade brasileira a um modelo de democracia restrita.

As formas restritas de democracia e o despotismo burguês são a força e a fraqueza da própria burguesia. Força no sentido da extrema concentração de poder político. Fraqueza porque enquanto houver capitalismo haverá conflito de classes. O próprio desenvolvimento capitalista, politicamente orientado, faz emergir as forças sociais que o antagonizam (TÓTORA, 1999, p.113).

---

<sup>2</sup> A compreensão de Florestan Fernandes acerca da Revolução Burguesa no Brasil como uma Revolução não clássica é influenciada por suas leituras de Lenin e o que ele conceitualizou de "via prussiana" acerca do contexto alemão e o conceito de Revolução passiva de Gramsci (COUTINHO, 2011, p. 45)

<sup>3</sup> Capitalismo dependente é entendido como um tipo de organização socioeconômica de caráter subordinado em relação aos países capitalistas desenvolvidos, mas controlado por agentes internos.

A forma como Florestan Fernandes analisa a sociedade é de acordo com a sociedade burguesa e sua divisão de classes. É dentro dos conflitos de classe de uma sociedade que se faz possível observar o tipo de democracia existente. Como os países periféricos não conseguiram se desenvolver através de formas nacionais e democráticas ou a construção de um Estado nacional e independente, tornou-se possível a dominação de uma pequena parcela da sociedade que possuía o monopólio político e cultural do país e dependente de políticas externas.

As análises de Florestan Fernandes na Revolução burguesa do Brasil, não só apuram o passado do Brasil como momentos de transição importantes como o golpe de 1964 até o processo de abertura política (1973-1974), onde o desenvolvimento da transição de uma contrarrevolução preventiva (FERNANDES, 2006, p. 369-369) burguesa contra possíveis levantes de movimentos populares se constituindo na autocracia e autoritarismo da burguesia levando ao que o sociólogo chamou de democracia de cooptação (FERNANDES, 2006, p.416) em que o Regime busca se manter no poder através da cooptação de outros segmentos sociais e políticos sem abandonar o aspecto autocrático.

O processo de cooptação busca estender as fronteiras da consciência burguesa dentro das classes trabalhadoras e dos setores marginalizados da população. Mas as convulsões próprias da sociedade de classes geram necessariamente miséria, desorganização social, desenraizamento cultural, ocasionando lutas e protestos que se chocam com a ordem (PEREZ, 2019, p.14).

O fim da ditadura militar (1985) e o processo de abertura, não significou uma mudança democrática de inclusão das camadas menos favorecidas. A burguesia permaneceu no controle do Estado mantendo vantagens e privilégios. A diferença é a tentativa de junção de aspectos da democracia de cooptação com o funcionamento do Estado autocrático.

Para Florestan, a burguesia, então, em busca de adaptação e de manutenção do monopólio do poder, tenta uma adaptação e a inclusão de camadas médias e baixas através de uma admissão ideológica sob essas camadas sociais "apresentando os interesses particulares da classe dominante como se fossem interesses universais de toda sociedade." (PEREZ, 2019, p.15).

Para o sociólogo, era impossível, de acordo com suas análises, que a burguesia propusesse uma reorganização estrutural e

democrática porque isso iria causar a perda de poder e o seu possível fim como uma classe. Porém, as análises de Coutinho (2011) indicam que Florestan poderia estar equivocado em alguns aspectos. Para o autor:

Embora denunciasse com lucidez. os limites “transformistas” do *projeto* de “abertura”, Florestan parece ter subestimado – em seus trabalhos posteriores a *RBB*– o fato de que tal projeto foi atravessado e contraditado por um *processo* de abertura, isto é, por um movimento social objetivo que resultou da ativação da sociedade civil, em particular dos segmentos ligados às classes trabalhadoras (COUTINHO, 2011, p.234).

É absolutamente compreensível que Florestan tenha pensado dessa forma, porém, posteriormente surgiram movimentos e greves como a greve do ABC paulista (1978–1980) e o movimento diretas já (1983–1984) que indicava maior participação política de diferentes classes sociais. Diante disso, é possível pensar que existiram alguns momentos de abertura política e de tentativas de uma democracia ampliada de estrutura política liberal-democráticas. A questão é pensar até onde realmente essa estrutura política mudou e vem mudando ao longo dos anos no Brasil. Florestan nos deixa em seus escritos que a nossa formação democrática e política não foi consolidada em nenhum momento e que, para o sociólogo, só pela via de uma democracia socialista é que iria se concretizar.

Portanto, sem a pretensão de dar conta dos diferentes momentos políticos ao longo desses anos no Brasil, tem-se como importante para análise o momento atual no país e o possível período de crise democrática que vem se desenvolvendo no cenário atual buscando realizar um paralelo com os conceitos e diagnósticos realizados por Florestan Fernandes pensando os limites e possibilidades para o futuro do cenário político e cultural do Brasil.

### **Florestan Fernandes e o cenário político/ cultural no Brasil atual**

Através dos eixos trabalhados por Florestan Fernandes, por mais que tenham sido análises do desenvolvimento do Brasil em momentos históricos e por escolhas metodológicas diferentes, eles terminam se conectando. Para Junior (2013) “O mais saliente desses pontos de convergência está na compreensão de que a formação política do Brasil se dá de modo a conformar um padrão restritivo de sociedade civil.” (p.127) mostrando o caráter restritivo da

democracia brasileira e do seu pessimismo diante das camadas minoritárias que detêm o poder político e cultural no país provocando tensões de classes.

Diante dos últimos acontecimentos do cenário político atual no Brasil – primeiro o golpe de Estado com o impeachment de Dilma Rousseff<sup>4</sup> e segundo ascensão da direita radical (SANTOS; TALITA TANSCHKEIT, 2019, p. 155) e os aspectos políticos e culturais do governo de Bolsonaro – pretendo contrastar com os escritos de Florestan a questão democrática no Brasil atual.

Como fenômeno atual, muitos aspectos acerca do andamento da democracia nacional ainda estão sendo formulados por pesquisadores e pesquisadoras, sendo ainda escasso trabalhos sobre o tema. O presente artigo tem como finalidade, de forma modesta, em tratar de aspectos gerais da atualidade política no Brasil em diálogo com Florestan Fernandes. Pós abertura política até os dias atuais, muita coisa mudou no cenário político cultural no país, com perdas e ganhos significativos para as diferentes camadas e classes.

A história político partidária do Brasil revela o caráter de dominação das elites e isso se reverbera novamente depois do golpe parlamentar da Dilma Rousseff. De acordo com Santos e Talita Tanscheit (2019) é importante observar que desde sua entrada no processo de disputa eleitoral “a inserção do PT é marcada por um conflito desigual em relação aos demais partidos políticos que emergem na transição para a democracia e que são integrados desde o início pelas elites políticas do país, contando com diversas lideranças parlamentares em suas fileiras.”(p.162)

Graças ao forte posicionamento em favor dos trabalhadores, o PT conseguiu se tornar o principal partido da esquerda no Brasil e durante o período do partido no poder – Lula (2003–2011) e Dilma (2011–2016) – houveram aberturas significativas em sentido a uma democracia ampliada ou como Florestan indicou como “democracia de cooptação” já que o PT em todo seu governo precisou realizar alianças com as elites nacionais<sup>5</sup> e realizar concessões e algumas medidas antidemocráticas – como a lei antiterrorismo<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> A ciência política em sua grande parte repudiou o processo de *impeachment* presidencial de Dilma Rousseff. Ver nota da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

<sup>5</sup> “A carta ao povo Brasileiro” redigido em 2002, indica o caráter conciliador do governo Lula em que buscava respeitar os contratos nacionais e internacionais e ter o apoio do setor financeiro.

<sup>6</sup> A Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 contribuiu para a criminalização de movimentos sociais.

Porém, em 2016 a política nacional entra em crise, com o processo de golpe parlamentar, alguns autores (PEREZ, 2019) consideram que o posicionamento de Florestan acerca de um domínio autocrático do Estado pela burguesia além de uma “demonstração de poder” e uma “atuação extra institucional” dessas classes dominantes e dos partidos da direita moderada que levaram a uma crise e tornou possível o surgimento de uma direita radical.

Para Perez (2019) esse cenário político de crise que começou em 2016 e tornou possível um descrédito das instituições políticas e na democracia pela população (Santos; Hoffmann, 2019, p.58–59), confirma a “pouca flexibilidade da democracia de cooptação” onde:

a tolerância das classes dominantes brasileiras em relação à democracia formal “[...] parece ir muito pouco além da concessão do sufrágio universal. O povo até pode votar, mas que os tomadores de decisão levem em conta minimamente os interesses das classes populares já é motivo para escândalo” (MIGUEL, 2016, p. 30). O aparelho do Estado é programado, deste modo, para resistir a mudanças conjunturais (PEREZ, 2019 apud MIGUEL, 2016, p.20).

Portanto, em nossa visão, é assertivo o posicionamento e as análises de Florestan Fernandes quando nos alerta sobre a incapacidade da burguesia em aceitar uma democracia ampla. Diante desse processo, surgiu o fenômeno do *bolsonarismo* e a concretização de Jair Bolsonaro como presidente do país.

Segundo Santos e Talita Tanscheit (2019, p. 180) o governo de Bolsonaro veio para representar uma novidade no sistema político Brasileiro onde o presidente e o “PSL optaram por conjugar o autoritarismo neoliberalismo de forma inovadora e acrescida de agenda de forte conservadorismo comportamental e de cunho religioso” Essas características desse modelo de governo indicam no campo da política uma forte ligação com o mercado financeiro e com empresários e no campo cultural é claro uma tendência conservadora e religiosa e de políticas que não reconhecem a população LGBTQI+, mulheres e negros em um Brasil que hoje possui grande presença de negros e pessoas de baixa renda em cursos técnicos, universidades etc.

Outro elemento que nos remete aos escritos de Florestan Fernandes e que foi bem explanado no decorrer do artigo é a mentalidade política e cultural do governo de Bolsonaro e seus aliados. O aspecto conservador e a exaltação ao período militar, indica,

primeiro a possibilidade de pensar o conceito do apego sociopático ao passado utilizado por Florestan na mentalidade desse novo governo, e segundo o caráter de dependência e de subserviência aos EUA indicando que as políticas não terão um caráter nacional e autônomo, mas de subordinação do capital estrangeiro.

Portanto, como poderíamos pensar uma saída possível para a construção de uma democracia ampliada no Brasil diante desse cenário de volta ao passado e de dependência econômica e cultural? Florestan Fernandes nos deixa alguns indícios de como pensar outros modelos.

### **Mudança cultural: uma nova democracia possível**

Como foi observado nos tópicos anteriores, a democracia em Florestan Fernandes foi trabalhada observando essa mentalidade e a lentidão do processo de mudança social entre as diferentes camadas sociais, mas sendo considerado que as decisões de um desenvolvimento democrático sempre estão nas mãos das elites que resistem a esses processos de mudança para uma ordem compatível com os ideais modernos e igualitários no país e foi mostrado que o país está passando por um momento de crise e de apagamento do processo democrático que culminou em 2019 no governo de Jair Bolsonaro. Com isso:

A tradição cultural brasileira sempre focalizou a mudança social como uma espécie de objetivação conspícua da "capacidade de progresso" e da "iniciativa criadora" de pequenas elites. De fato, onde e enquanto perdura a dominação patrimonialista na sociedade brasileira do presente ou do passado, a inovação cultural subordina-se, largamente, à clarividência, ao altruísmo e ao esclarecimento dos "círculos cultos" das camadas dominantes (FERNANDES, [1962], 1976, p. 221).

Para Florestan, seria necessário um projeto de implementação de direitos coletivos e mudanças dos alvos para que não seja formado novos grupos privilegiados no país. As camadas que comandam a mudança social ainda são as que mais possuem privilégios e obtêm os benefícios. Seria preciso unir o "regime econômico, social e político" com intuito de gerar padrões de integração da civilização ocidental visando a construção de uma coletividade através de valores democráticos. É desse processo que surge a necessidade de construção de um projeto coletivo que visa a privação de

monopólios dos grupos de privilégios e que seja possível o surgimento de “tendências socio-dinâmicas” de mudanças da ordem social em que:

Desse ângulo, são patentes as inconsistências psicossociais socioculturais que temos de eliminar progressivamente, para ajustarmos nossa estratégia de mudança à ordem social democrática em primeiro lugar, é preciso alterar a forma e o conteúdo do horizonte cultural do homem comum. Toda pessoa adulta, qualquer que seja sua situação econômica, posição social ou grau de instrução, precisa ser posta em condições de praticar as referidas opções, de acordo com os interesses e com os valores sociais de que compartilhe. Isso, significa: alargar e melhorar as faculdades de percepção, consciência e manipulação dos problemas\* práticos do meio, principalmente através da educação escolarizada e da propaganda (FERNANDES, [1962], 1976, p. 223).

Não pretendo me focar na questão da educação aqui nesse artigo, porém, Florestan Fernandes considera o processo de escolarização como um dos principais mecanismos de mudança e ascensão das classes populares. A inserção no sistema escolar de um modelo educacional que direciona os indivíduos para a construção de uma mentalidade de valores democráticos e a importância do seu papel como cidadão brasileiro seria fundamental para a construção de indivíduos conscientes.

Para além disso, Florestan indica a necessidade de expansão de formas de livre expressão das coletividades, o controle das instituições como forma de evitar aparelhamentos de grupos dominantes e desenvolver meios de assegurar que o sistema se organize visando as maiorias para que não enfraqueça a organização da democracia no país. Portanto, seria preciso desenvolver uma reação diante do desenvolvimento econômico e do progresso social para a consolidação de uma nova ordem democrática. Florestan Fernandes pensa o desenvolvimento democrático através de uma espécie de integração social para que se constituam os valores culturais e políticos igualitários em uma sociedade moderna, e isso inclui a participação das camadas populares como motor para a constituição de uma democracia. A ordem social competitiva seria fundamental para a construção de uma maior participação e disputa de poder entre as diferentes classes sociais.

Florestan Fernandes também considera que uma mudança cultural no intuito de eliminar heranças de regimes passados, seria não de forma espontânea e livre como ele chama de “mudança cultural

espontânea" mas sim por uma intervenção racional do Estado que ele nomeia de "mudança cultural provocada" para que seja possível alterações do processo de integração social e de diferenciação da ordem. É nesse sentido que vejo as considerações de Florestan Fernandes em termos de mudança cultural no Brasil, em que os processos levantados por ele ainda se reverberam no Brasil de 2019, mesmo que o ganho e as possibilidades e mobilidade social e de multiplicidade cultural aumentaram, as possibilidades de competitividade na ordem social ainda são processos em construção e que se desenvolve sob ameaça das elites a todo momento e, principalmente no cenário atual diante de uma direita conservadora e radicalizada no poder. É por isso que o pensamento de Florestan Fernandes tem grande contribuição, ainda hoje, para a sociologia brasileira buscar pensar os questionamentos atuais no país.

### **Considerações finais**

Em busca de fazer uma análise dos limites e possibilidades de uma democracia no Brasil, ao pensar no campo cultural observado por Florestan Fernandes, é necessário considerar que vencer esses limites estariam diretamente ligados a um processo de disputas e de mudança da mentalidade das camadas dominantes do país, em busca do desenvolvimento de uma ordem social competitiva que incluiria as classes populares como um motor do desenvolvimento e do crescimento do Brasil. O país ainda é marcado pelos resquícios de regimes antidemocráticos que ainda se perpetuam nas diferentes esferas políticas e institucionais e culturais na nossa sociedade. A importância de resgatar os mecanismos que dificultaram o processo de desenvolvimento é necessário para entender melhor quais caminhos seriam desenvolvidos para forçar mudanças sociais. Uma mudança cultural com o intuito de implementar novos valores é necessária para combater, ainda hoje, um apego sociopático ao passado das camadas dominantes.

O conceito de demora cultural e de apego sociopático ao passado não deveriam ser vistos como ultrapassados e devem ser revisitados para compreender os processos de mudanças sociais a cada momento no Brasil. Ao utilizar a questão do negro como problema de demora cultural e apego, Florestan consegue compreender a raiz da questão racial do país, que vai além de uma questão de preconceito de cor, mas que se desenvolve

através de mecanismos de resistência das elites, e que gera séculos de defasagem social para o negro.

Ao mesmo tempo, Florestan Fernandes revela o caráter dependente da formação do capitalismo no Brasil e a formação de um Estado autocrático dominado exclusivamente por uma burguesia que não tinha intenção de pensar em um desenvolvimento de uma democracia ampliada e de mais abertura política. Apenas no processo de abertura pós período militar, é que se torna possível falar em uma maior movimentação das camadas inferiores – processo que Florestan desconfiava e o denominou como “democracia de cooptação”. Portanto, nesse contexto histórico, o sociólogo não acreditava que as camadas dominantes permitissem mais acesso e a ampliação da democracia. Para ele, a democracia no Brasil estaria sempre nas mãos de poucos que não permitiram correr o risco de perder o poder e a força de sua classe.

Diante disso, busquei pensar os processos políticos atuais no Brasil, tenho como foco o início da crise política e o golpe parlamentar em 2016 que levou o país a eleger o presidente Jair Bolsonaro, principal figura de uma nova direita neoliberal e conservadora. As análises mostraram que a burguesia nacional tem uma dificuldade em aceitar uma democracia no Brasil e um governo que buscou mexer com essas estruturas, mesmo que de forma conciliadora e modesta. E isso nos levou a um processo de crise democrática e a ascensão de um modelo de governo inédito no Brasil, tenho em sua agenda uma proposta neoliberal e dependente dos EUA em conjunto com uma mentalidade de apego ao passado e uma forte ligação com o regime militar e a tentativa de supressão de direitos de grupos minoritários, ataque a educação, mulheres, negros e os direitos LGBTQI+.

Como pensar uma nova democracia diante desse cenário e o que Florestan Fernandes pode nos indicar para essa mudança? Para o desenvolvimento de uma nova democracia, é necessário um processo de “mudança cultural provocada” que lute contra as resistências culturais das elites e uma maior participação das classes populares no processo democrático.

Florestan indica a necessidade de expansão de formas de livre expressão das coletividades, o controle das instituições como forma de evitar aparelhamentos de grupos dominantes e desenvolver meios de assegurar que o sistema se organize visando às majorias para que não enfraqueça a organização da democracia no país. O pensamento de Florestan Fernandes se encontra atual e

importante para pensar o futuro da democracia do Brasil e uma sociologia que se desenvolve preocupada em mudança social.

## Referências bibliográficas

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaio sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1: O legado da "raça branca". São Paulo: Globo, [1965] 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Globo, [1975] 2006.

FERNANDES, F. **A sociologia numa era de revolução social**. Rio de Janeiro: Zahar, [1962] 1976.

FERNANDES, Florestan. A persistência do passado. In: **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, [1965] 2007.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2006. (1 edição 1960). Apresentação de Marco Antonio Villa.

HOFFMANN, F.; SANTOS, E. R. Qualidade da Democracia no Brasil e Confiança nas Instituições Políticas. *Campos Neutrais* – Revista Latino-Americana de Relações Internacionais Universidade Federal do Rio Grande – FURG, v. 1, nº1, p.46-69, abril de 2019.

LIEDKE FILHO, Enno D. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, v. 7, n. 14, p. 376-437, 2005.

PORTELA JR., Aristeu. A problemática da Democracia Brasileira no pensamento de Florestan Fernandes. Tese (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, p.148. 2013.

PEREZ, DAVI M. Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Democracia de Cooptação: O golpe de 2016 e a atualidade de Florestan Fernandes. **Revista Temporalis**, Brasília- DF, n. 37, p. 10-25, jan/jun de 2019.

RIDENTI, Marcelo. Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil. **Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo. v. 25.1, p. 45-62, 2018.

SANTOS, F.; TANSCHKEIT, T. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia Internacional**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro –UERJ, V. 99, p. 151-186., julho de 2019.

TÓTORA, Silvana. A questão democrática em Florestan Fernandes. **Revista Lua Nova**, São Paulo, nº48, p. 110 – 241, 1999.